



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Contabilidade Sustentável: Uma Combinação de Redução de Custo e dos Resíduos Sólidos Gerados pelo Restaurante Universitário (RU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

ALEXANDER MATHEUS GOMES DE SOUZA

Universidade Federal de Pernambuco

BIANCA MARIA LIRA ALHEIROS DIAS

Universidade Federal de Pernambuco

JULIANA KARLA DE MELO SOARES

Universidade Federal de Pernambuco

NICOLLY PEREZ SANTIAGO

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

O meio ambiente vem sendo um dos principais alvos de preocupação das atuais gerações. Uma boa gestão dos materiais descartáveis é primordial para alcançar um ambiente saudável. Esse pensamento somado à Contabilidade gera grandes resultados através da combinação da sustentabilidade com a redução de custos. Considerando que a contabilidade é mais que informações econômicas e financeiras, é uma ferramenta que vem se mostrando cada vez mais presente na vida das pessoas. Com o avanço do capitalismo e consequentemente dos problemas ambientais, essa ciência vem se mostrando bem versátil, ajudando várias áreas que inicialmente não seriam seu nicho. Os Restaurantes Universitários (RUs) são extremamente importantes para o ambiente universitário, pois fornecem refeições por preços acessíveis aos estudantes que muitas vezes dependem desses locais para se alimentarem. Fazer o RU fornecer um bom serviço depende diretamente dos seus gastos, que aumentam com a leva de novos estudantes que entram a cada semestre. A redução dos resíduos sólidos se apresenta como algo útil na diminuição dos custos. Para a realização da presente pesquisa, foi necessário analisar a planilha de custos disponibilizada pelo próprio Restaurante Universitário da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) referente à quantidade utilizada de resíduos sólidos, mais especificamente, guardanapos, copos e derivados de alimentos. Nesse estudo de caso, foram coletadas informações o Departamento de Energia Nuclear (DEN), com a diretoria do estabelecimento e o Diretório de Gestão Ambiental (DGA) da UFPE. A pesquisa se baseou nos dois semestres do ano de 2017 e no primeiro semestre de 2018. Os resultados apontam que gerenciamento dos resíduos sólidos devem ser pensados também na higiene dos mesmos, pois afetam diretamente a saúde dos usuários. É vital realizar análises frequentes quanto a quantidade utilizada dos resíduos sólidos por cada estudante, visando a redução da utilização dos descartáveis que causam efeitos negativos ao meio ambiente.

Palavras chave: contabilidade sustentável, restaurante universitário, resíduos sólidos.



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

1 Introdução

O meio ambiente tem despertado cada vez mais preocupação na humanidade. A busca por um meio ambiente ecologicamente equilibrado está levando a sociedade a adotar uma postura saudável, querendo não agredir a natureza. Com isso, debates vêm sendo levantados quanto a gerência, depósito, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos.

Organizações internacionais e governos têm cobrado com intensidade responsabilidade social das empresas, formulando leis punam as corporações que não se encaixem nos novos moldes. Nesse contexto, as empresas estão adotando políticas de controle ambiental, buscando junto, a diminuição dos custos de produção, maximizando o seu lucro.

A contabilidade como ciência que tem o patrimônio como objeto, trabalha a avaliação e mensuração de informação, se torna cada vez uma ferramenta fundamental para a sociedade. Assim, auxilia uma melhor imagem da alocação de recursos ambientais e consequentemente dos seus resultados.

Com a Primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente em 1972, Estocolmo, e os seguintes eventos que levantaram a repercussão dos problemas ambientais, a Contabilidade Ambiental passou a ser um grande destaque. Os profissionais dessa área têm, portanto, o desafio de padronizar as normas ambientais com os procedimentos contábeis.

O Artigo 225 da Constituição Cidadã de 1988 fala que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, para uso comum do povo e essencial para qualidade de vida, impondo-se ao Poder público e à coletividade o dever de cuida-lo para as presentes e futuras gerações.

O Restaurante Universitário (RU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) foi inaugurado no período da ditadura militar, e teve ao longo de quase toda a sua história, constantes tentativas de fechamento, impulsionadas por problemas orçamentários. O RU é vital para a comunidade acadêmica, pois atende principalmente alunos da casa do estudante e alunos que residem no interior do estado.

Manter o bom funcionamento o RU requer manutenção do espaço físico e melhoria no atendimento, mas também corte de gastos. A redução de resíduos sólidos aponta ser uma solução para a diminuição de custos. É necessário que a gestão busque informações estratégicas para a tomada de decisões referentes aos custos, almejando um aperfeiçoamento no processo gerencial.

A contabilidade vem se mostrando ser uma ferramenta primordial no aperfeiçoamento da gestão dos recursos ambientais e do descarte dos resíduos sólidos. Então, que estratégias são usadas pelo RU para diminuir o impacto que seus resíduos sólidos causam ao meio ambiente?

A presente pesquisa tem como objetivo mostrar que há uma correlação entre o sistema de custos e os resíduos sólidos gerados pelo RU da UFPE, ao qual corrobora para a utilização da Contabilidade Sustentável para melhora-los.

É necessário a utilização dos seguintes objetivos específicos para alcançar o objetivo geral: coletar os dados sobre os resíduos sólidos gerados pelo RU da UFPE; analisar as planilhas de custos do RU da UFPE, mostrando a influência de sua gestão no desempenho socioeconômico, servindo como exemplo para outras instituições como diminuir os impactos



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

ambientais através dela; e mostrar como a contabilidade pode ser útil fornecendo informações, buscando melhorias ambientais e responsabilidade social.

Para a Ciências Contábeis, este trabalho acadêmico tem relevância pois busca associar essa ciência com o pensamento ecológico, mostrando que se bem estudados, podem alcançar grande resultados, ambientais e financeiros.

Ante o exposto, o presente trabalho tem como foco central mostrar a contabilidade ambiental como uma ferramenta capaz de lograr êxito na redução de custo contábil e dos resíduos sólidos gerados pelo RU da UFPE.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Aspectos históricos e conceituais da Contabilidade Ambiental

O presente tópico apresenta o início da história do ramo da contabilidade ambiental, desde as primeiras evidências desta atividade, bem como seus conceitos e objetivos.

A Contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, desde seu surgimento, teve, segundo Paiva (2009), como função primordial o acompanhamento das atividades econômicas, desempenhando o papel de mensuradora e relatora, através dos relatórios contábeis, da situação patrimonial das entidades organizacionais aos seus principais usuários das informações contábeis.

A área contábil, de acordo com Tinoco e Kraemer (2006), tem como função central fornecer informações quantitativas, essencialmente financeira, sobre as organizações econômicas, visando auxiliar na tomada de decisões econômicas e na escolha adequada dentre os cursos de ação alternativos. Dessa forma, percebe-se que a contabilidade possui como objetivo principal prover informações aos seus usuários, no intuito de possibilitar que esses possam tomar decisões adequadas e que maximizem seus interesses pessoais.

Um outro ponto a ser salientado acerca do objetivo da contabilidade, é que além de provê informações econômicas e financeiras, tais relatórios emitidos pelos funcionários da contabilidade, podem, segundo Tinoco e Kraemer (2006), afetar o desempenho futuro das primordialmente das entidades bem como de investidores, credores, clientes, trabalhadores e outros usuários interessados pelas informações fornecidas pela contabilidade.

Tendo em vista o aumento do desenvolvimento econômico das empresas, do capitalismo e com o agravamento da globalização o termo desenvolvimento sustentável, conforme abordado por Paiva (2009), tem ocupado as pautas de discursões sobre o rumo do planeta, assim como, sobre a continuidade do crescimento frente a destruição do meio ambiente e dos recursos naturais não renováveis.

Tal temática voltada para a importância da questão ambiental, bem como o grau evolutivo de conscientização ambiental, frente ao desenvolvimento econômico tem sido levada em conta desde o século XX, de acordo com Braga (2009), e tem sido agravada com a globalização. A autora pontua que o custo ambiental para tal desenvolvimento é grande.

Ademais, Tinoco e Kraemer (2006) afirmam que, durante muito tempo as organizações preocupavam-se apenas com a eficiência dos sistemas produtivos. Mas, o autor relata que, nos anos 80, os gastos com a proteção ambiental começaram a ser vistos pelas empresas não como custos, mas como investimento para o futuro.



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Frente a esse cenário, surge a contabilidade ambiental, que segundo Tinoco e Christophe (2001) é, para o registro e geração de relatórios com a finalidade de fornecer informações sobre a degradação dos elementos naturais geradas pelas atividades das empresas e sobre as medidas tomadas para evitar essa degradação.

Junto a isso, de acordo com Paiva (2009), a contabilidade ambiental é o exercício de identificação de dados e registro de eventos ambientais atrelados a empresa, bem como o processamento e geração de informações que auxiliem o usuário da contabilidade servindo como parâmetro em suas tomadas de decisão.

Segundo Tinoco e Kraemer (2006), a própria sociedade a partir de uma consciência ambiental adquirida, começou a propugnar por informações ambientais na contabilidade das empresas, ou seja, que além de sua contabilização e da emissão dos relatórios contábeis, fossem divulgadas suas ações de gestão ambiental com a finalidade de prevenir e corrigir danos melhorando a vida da população.

Tinoco (2006) e Kraemer afirmam que com a introdução de práticas ambientais pode-se implicar na redução de custos, por meio da eficiência dos processos, redução de consumos e minimização do tratamento de resíduos.

2.2 Finalidades da contabilidade ambiental

A contabilidade ambiental tem por finalidade primordial guiar aos seus usuários como registrar seus gastos e investimentos em relação ao meio ambiente.

Segundo Tinoco e Kraemer (2006), existem 3 razões principais para que uma empresa adote a contabilidade ambiental, são elas: gestão interna; exigências legais e demanda dos parceiros sociais.

O motivo atrelado a gestão interna, segundo Tinoco e Kraemer (2006), está relacionado com forte gestão e controle ambiental, com principal finalidade de reduzir custos e despesas operacionais e melhorar a qualidade da produção da empresa. Já a razão atrelada as exigências legais, encontra-se relacionada a crescente exigência legal e normativa, em que obriga os gestores a diminuir a degradação ambiental sob pena de multas e indenizações. Por fim, o motivo atrelado a demanda dos parceiros sociais se relaciona ao motivo de que a empresa se encontra submetida cada vez mais a pressões internas e externas.

Conforme Martins, Gambati, Battaini, Stringhini, Bueno, Oliveira, Almeida e Oliveira M. (2016), o questionamento da preservação do meio ambiente não é apenas por uma escolha levada por escassez dos recursos naturais, mas como relevante a necessidade da preservação humana. Desse modo, a avaliação de resíduos gerados pelas empresas é necessária para entender e presumir alternativas de minimização dos custos e do impacto ambiental.

O entendimento de resíduos orgânicos é fundamental para ter uma gestão ambiental eficiente. Portanto, os resíduos orgânicos são constituídos basicamente por restos de animais ou vegetais descartados de atividades humanas. Segundo Martins et al (2016), esses rejeitos derivados das atividades dos Restaurantes universitários (RUs) envolvem além da matéria orgânica, quantidades significativas de papel, metal e plástico, onde o papel e o plástico, sendo o mais descartado por esses restaurantes.

Com a crescente demanda de rejeitos gerados pelos RUs, vêm necessitando alternativas para administração desses materiais. Com isso, tornando a coleta seletiva a preocupação das Instituições Federais de Ensino aonde apresenta projetos para a redução e



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

gerenciamento dos resíduos em seus campi de ensino, conforme citado o estudo de João Bochnia, José Teodoro Santos, Adir Gonçalves Silva e Cesar Aparecido da Silva (2013).

A exigência dessa conduta ambiental fez com que as entidades que interferem no meio ambiente através de suas atividades, passassem a seguir a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde fica obrigatória a inclusão de disciplinas relativas à educação ambiental, em todos os níveis de ensino, sendo enfatizada a necessidade de conscientização pública para a preservação do meio ambiente (Constituição do Brasil, 1988).

Gestão ambiental que é um componente que busca ativar a absorção pessoal ou global para questões ambientais, deverá dar suporte ao gestor para restringir, suprimir a degradação ambiental que gera perdas econômicas com garantia do acesso a informação na procura da preservação ambiental, conforme citado pela pesquisa de Silva, Barros e Aleixo (2016). Assim, fez com que a gestão de resíduos no âmbito da administração pública federal foi normatizada pelo Decreto Federal nº. 5940, que instituiu a obrigatoriedade da separação de resíduos descartados em todos os órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta (Constituição do Brasil, 1988).

A gestão ambiental tem como suporte o sistema de gestão ambiental (SGA). Segundo Silva et al (2016), por meio deste sistema pode-se lograr informações da relação da entidade para com o meio ambiente, assegurando acatar as exigências de leis ambientais com fidedignidade, o qual demonstra sua responsabilidade com o meio ambiente. O sistema de gestão ambiental, conforme Tinoco e Kraemer (2011), é definido como um conjunto de procedimentos para gerir ou administrar uma organização de forma a obter o melhor relacionamento com o meio ambiente. Consiste, essencialmente, no planejamento de suas atividades, visando à eliminação ou à minimização dos impactos ao meio ambiente.

3. Procedimentos Metodológico

O objeto da pesquisa se encontra no ramo de estudo das Ciências Factuais Sociais (estudo dos fatos), onde a Contabilidade se enquadra. Pois de acordo com Bunge, o conhecimento dessa ciência se caracteriza por ser racional, objetivo, factual, transcendente aos fatos, analítico, claro e preciso, comunicável, verificável, dependente de investigação metódica, sistemático, acumulativo, falível, geral, explicativo, preditivo, aberto e útil (Lakatos & Marconi, 2011).

O caso estudado foi o da instituição Restaurante Universitário (RU) da Universidade Federal de Pernambuco, local das reuniões realizadas com a diretoria do estabelecimento e o Diretório de Gestão Ambiental (DGA) da UFPE, onde foram coletadas informações através de entrevistas sistemáticas, da disponibilização de relatórios e visita ao Departamento de Energia Nuclear (DEN) para um melhor embasamento dessa pesquisa. Nas reuniões citadas, também foram definidos o período de estudo e a determinação da composição gravimétrica dos resíduos gerados no RU devido aos dados coletados. Para elevar a relevância do presente artigo, foram consultados artigos, livros, monografias e legislação como norteadores. Dessa forma, a pesquisa é do tipo qualitativa, e busca a coleta, e posterior, a análise dos dados obtidos, que serviu como uma base para a resposta do problema.

Em relação à investigação científica, o Método Qualitativo é utilizado no presente artigo, método esse que tradicionalmente se identifica com o Estudo de Caso (Lakatos & Marconi, 2011).



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

E quanto aos métodos de procedimento específicos para as Ciências Sociais, esse artigo utiliza o Método Monográfico, consistindo no estudo da instituição RU da UFPE (Lakatos & Marconi, 2011).

Para um melhor entendimento do funcionamento do registro do patrimônio ambiental das empresas, foi necessária a realização de uma pesquisa sobre contabilidade ambiental, consultar o Artigo 225 da Constituição Cidadã de 1988 e a Conferência de Estocolmo de 1972 para aprimorar o conhecimento sobre o tratamento das questões relacionadas à degradação do meio ambiente.

Após a absorção e o aprimoramento do conhecimento e conceitos necessários, foi acessado o banco de dados do RU da UFPE fornecidos pela sua diretoria e do DGA (Diretório de Gestão Ambiental) com o objetivo de coletar informações acerca de seu orçamento e quantitativo de resíduos gerados, como também o que era feito com tal material nos anos de 2017 e 2018.

De posse dessas informações, o relatório foi analisado para mensurar a demanda do restaurante e, conseqüentemente, o quantitativo de rejeitos que seriam jogados fora, sendo depois demonstrado o que o restaurante faz para diminuir o impacto que sua atividade tem no meio ambiente. Podendo assim, responder à questão problema do presente artigo.

4. Síntese dos Resultados

O Restaurante universitário da UFPE, localizado na Avenida dos Reitores, com capacidade para atender até 550 pessoas sentadas, serve refeições de desjejum, almoço e jantar de segunda-feira a sexta-feira para todos os estudantes da Universidade e visitantes, com um acréscimo de preço para esses últimos.

Como citado por Martins et al (2016), os rejeitos originados das atividades dos Restaurantes universitários (RUs) envolvem além da matéria orgânica, um quantitativo significativo de papel, metal e plástico, dos quais o papel e o plástico são o mais descartado por esses restaurantes, pois são os mais utilizados pelas pessoas. Nesse contexto, o presente artigo teve como base para pesquisa a análise dos resíduos gerados pelo restaurante, sendo especificados em três tipos descritos na tabela 1.

Tabela 1: Tipologia de resíduos

Item	Categoria	Descrição
1	Papel	Guardanapos
2	Plásticos	Copos
3	Matéria orgânica	Derivados de alimentos

Fonte: Elaboração própria

Com a especificação acima, o estudo se norteou nos dois semestres do ano de 2017 e no primeiro semestre do ano de 2018, ou seja, os dados coletados se referem do período do dia 01 de janeiro de 2017 à 12 de junho de 2018.



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Para uma melhor visão da demanda desse estabelecimento, a Tabela 2 apresenta os números de refeições servidas por dia e no total dos 03 semestres. Sendo o desjejum servido no horário das 07h às 8h, almoço, das 10:30h às 14:30h e jantar, das 17h às 19h.

Tabela 2: Quantitativo de refeições servidas por dia e ano, no período de 01/01/2017 à 12/06/2018

Refeição	Período	
	Dia	03 Semestres
Desjejum	273	69.423
Almoço	3.237	822.086
Jantar	1.496	380.013
Total	5006	1.271.522

Fonte: Direção da UFPE no RU.

Pelo fato de coincidir com o horário de saída dos estudantes do turno da manhã, a chegada dos alunos do turno da tarde e o intervalo dos alunos que têm curso integral, é observado, que o maior fluxo de pessoas se dá no período do almoço.

A determinação do fluxo exato de pessoas e a quantidade de alimentos que serão produzidos não são possíveis calcular em um determinado dia devido à mudança de cardápio e motivos externos. Portanto, para o estudo dos dados das matérias rejeitadas nesse artigo, utilizou-se uma média. Pois, ela resume em número simples, uma série de valores sobre algo que está sendo observado, estimando, assim, o quantitativo desses resíduos.

Através do reflexo do quantitativo de refeições realizadas durante o desjejum, a Tabela 3 apresenta os resíduos sólidos que são descartados pelo RU da UFPE nesse período. Ressaltando-se que as matérias orgânicas mencionadas são derivadas apenas da produção das comidas que são feitas na cozinha. Não incluindo o quantitativo que é desperdiçado pelos usuários.

Tabela 3: Média dos resíduos descartados no refeitório durante o desjejum.

	Por Pessoa	Por Dia	Por Semana	Pelos 03 semestres
Guardanapo	03 unid.	820 unid.	4100 unid.	208.269 unid.
Copos	01 unid.	273 unid.	1365 unid.	69.423 unid.
Derivado de alimentos	—	32,72 Kg	163,6 Kg	8.310,88 Kg

Fonte: Direção da UFPE no RU e Diretoria de Gestão Ambiental (DGA).

De forma análoga, a Tabela 4 e 5 retratam os resíduos sólidos gerados no almoço e no jantar e o óleo utilizado.



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Tabela 4: Média dos resíduos descartados no refeitório durante o almoço

	Por pessoa	Por dia	Por Semana	Pelos 03 semestres
Guardanapo	03 unid.	9.710 unid.	48.550 unid.	2.466.258 unid.
Copos	01 unid.	3.237 unid.	16.185 unid.	822.086 unid.
Derivados de Alimentos	—	387,97 Kg	1.939,85 Kg	98.544,38 Kg

Fonte: Direção da UFPE no RU e DGA.

Tabela 5: Média dos resíduos descartados no refeitório durante o jantar

	Por Pessoas	Por Dia	Por semana	Pelos 03 semestres
Guardanapo	03 unid.	4.488 unid.	22.440 unid.	1.140.039 unid.
Copos	01 unid.	1.496 unid.	7.480 unid.	380.013 unid.
Derivados de Alimentos	—	179,3 Kg	896,5 Kg	45.542,2 Kg

Fonte: Direção da UFPE no RU e DGA.

Fazendo uma porcentagem, verifica-se que o copo equivale a 25% dos descartáveis que são utilizados e jogados fora, contra uma porcentagem de 75% dos guardanapos. Essa diferença se dá pela média de aquisição dos descartáveis essencial para uma refeição, sendo o do guardanapo três vezes maior.

Quando se divide por refeições, o desjejum equivale a 5,46% de todos os descartáveis utilizados durante os 03 semestres analisados, o almoço equivale a 64,65% dessa matéria e o jantar corresponde a 29,89%. Assim como, em relação à quantidade de resíduos orgânicos desperdiçados, no desjejum é gerado em média 5,45% do total descartado, o almoço representa 64,66% desse total, e o jantar, 29,89%.

Neste contexto, por não ser possível mensurar fidedignamente o desperdício per capita dos resíduos orgânicos desperdiçados, pois esses foram disponibilizados apenas os originados da cozinha, a Tabela 6 retrata a taxa do desperdício per capita exclusivamente dos descartáveis utilizados durante o período estudado a fim de mostrar quanto cada pessoa em média, gera de resíduos sólidos por refeição.

Tabela 6: Taxa de desperdícios de descartáveis per capita.

Descrição	Desjejum	Almoço	Janta
Nº de refeições servida	69.423	822.086	380.013
Desperdícios (unid.)	277.692	3.288.344	1.520.052
Per capita do desperdício (unid./hab.3 semestres)	4	4	4

Fonte: Elaboração própria



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Além disso, identificou-se que a utilização de papel no refeitório durante os três períodos estudados é maior no período do almoço, indicando 64,65% do total de guardanapos.

Em relação à produção de resíduos plásticos, sua maior produção se dá também no período do almoço, representando igualmente 64,65%. Justificado pelo fluxo de pessoas e a existência de sobremesas que são servidas em embalagens plásticas.

Esses resultados indicam que ambas as produções, a de matérias orgânicas e descartáveis, se maximizam durante o período do almoço devido ao maior fluxo de pessoas no restaurante, e se minimizam no horário do desjejum, quando o fluxo é menor.

Com a finalidade de fornecer informações sobre a degradação dos elementos naturais geradas pelas atividades das empresas e sobre as medidas tomadas para evitar essa degradação, como é definido os registros e relatórios da contabilidade ambiental segundo Tinoco e Christophe (2001), além da coleta dos dados quantitativos referidos acima, foram fornecidas outras informações pela Direção do Ru e pela Diretoria de Gestão Ambiental (DGA) que ajudaram para o alcance do objetivo desse artigo. Foi relatado que há uma satisfatória colaboração, para o meio ambiente e orçamento, entre essas duas instituições. Essa colaboração se dá pela troca de óleo, coleta dos recicláveis (copos plásticos) e coleta de orgânico, e mesmo sendo necessária, essa é uma ação que se iniciou recentemente. Pois conforme citado por Bochnia et al (2013) em seu estudo, com a crescente demanda de rejeitos gerados pelos RUs, vêm necessitando de alternativas para administrar esses materiais. Com isso, a coleta seletiva torna-se a preocupação das Instituições Federais de Ensino aonde apresenta projetos para a redução e gerenciamento dos resíduos em seus campi de ensino, como citado anteriormente.

São produzidos, em média, 40L de óleo por semana no RU e como não são todas as semanas que é oferecido frituras no cardápio, é estimado a produção de 80 L por mês, segundo o DGA. Partindo-se do fato de que o óleo originado do RU é vendido e gera receita, foi necessário o desenvolvimento de uma campanha de arrecadação de óleo de cozinha implantada nos centros da UFPE, iniciada pelo DGA, para que o óleo coletado fosse trocado pelo o recém-utilizado do RU. Pois o óleo novo se faz mais eficaz na produção de biodiesel, realizada na Mini Usina Experimental localizada no Departamento de Energia Nuclear (DEN) da UFPE. A produção de biodiesel originada do óleo utilizado pelo RU é um exemplo de economia de custos, visto que, utilizando-se desse combustível alternativo, não se precisaria pagar pelo abastecimento de veículos a diesel.

No que tange a coleta de orgânicos, são deixadas, pelo DGA, bombonas de 120 litros no restaurante para que sejam preenchidas com resíduos orgânicos da cozinha do estabelecimento e, em sequência, sejam levadas ao DEN. Lá, uma média de 600kg de matérias orgânicas coletadas por dia são destinadas ao pátio de compostagem para se produzir compostos a serem utilizados na manutenção dos jardins da universidade, através da mistura com o material vegetal que é coletado do campus. Gerando, assim como a troca do óleo, uma economia nos custos por produzir o próprio biofertilizante.

5. Considerações Finais

Em relação aos descartáveis, a diretoria informou que já é conhecida e pensada a possibilidade de cada pessoa trazer seu próprio copo, para diminuir o quantitativo e custo de copos plásticos que vão para o lixo. Porém essa ideia ainda não foi acatada pelas hipóteses levantadas sobre a higiene dos copos, tanto antes como depois da refeição. A preocupação com a higiene do copo antes da refeição ser realizada se refere ao recipiente não estiver



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

totalmente limpo e a pessoa acabar contraindo alguma infecção, podendo acusar a comida do RU como culpado. A preocupação com a pós-refeição se faz na falta de local de limpeza adequado do recipiente para que possa ser guardado quando a pessoa termina. Esse local não poderia ser dentro do refeitório, pois causaria um congestionamento na saída do lugar.

Fazendo-se assim, necessária a construção de um lugar fora do refeitório, mas de fácil acesso, específico para lavar os copos trazidos com os usuários, assim como oferta de copos reutilizáveis e dificultar o acesso aos copos plásticos, fazendo com que seja necessário pedir a um funcionário a disponibilização do copo. Assim o RU diminuiria tanto os custos, como o impacto no meio ambiente. Compactando, assim, com a visão de Martins et al (2016) quando afirma a avaliação de resíduos gerados pelas empresas é necessário para entender e presumir alternativas de minimização dos custos e do impacto ambiental.

Com um gasto de R\$ 534,89, por dia, segundo o próprio RU, compreende-se que o gerenciamento dos copos e guardanapos ainda é ineficiente, sendo assim, fundamental efetuar avaliações regulares para melhor visão dos gastos, e consequentemente redução da utilização de resíduos sólidos que geram efeitos desagradáveis a sustentabilidade.

Conclui-se, assim, que apesar da colaboração com o DGA não beneficiar nem prejudicar financeiramente o RU, ela beneficia tanto a própria Universidade, com a diminuição dos custos por diesel e adubo que já são produzidos pelo DGA, quanto o meio ambiente, por dar um destino sustentável a um material que seria descartado em um aterro.

Referências

Bochnia, J., Santos, J. T., Silva, A. G., & Silva, C. A. (2013). A gestão de resíduos sólidos gerados no restaurante universitário de uma instituição de ensino superior. Engenharia Ambiental - Espírito Santo do Pinhal, v. 10, n. 2, 83. Recuperado em 26 de Junho, 2018.

Ferreira, A. Contabilidade de Custos para Gestão do Meio Ambiente. Recuperado em 31 de maio, 2018, de <http://www.scielo.br/pdf/cest/n12/n12a02.pdf>

Garcia, R. S. M. & Oliveira, D. L. (2009) Contabilidade ambiental: história e função. Recuperado em 31 de maio, 2018, de http://www.faculdadedelta.edu.br/imagens/revista_gestao_tecnologia/edicao_1/contabilidade_ambiental.pdf

Kraemer, M. A contabilidade rumo à pós-modernidade: um futuro sustentável, responsável e transparente. Recuperado em 31 de maio, 2018, de <http://ccontabeis.com.br/conv/t10.pdf>

Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2011) Metodologia científica. – 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2011, 20, 30, 92, 93, 274.

Limongi, B., Grad, B. V. K., Casagrande, M. D. H., Pfitscher, E. D., & Nunes, J. P. O. A Contabilidade Ambiental como instrumento de auxílio na gestão: aplicação parcial do SICOGEA em uma Instituição de Ensino. Recuperado em 31 de maio, 2018, de <http://nemac.ufsc.br/files/2012/11/escola.pdf>

Martins, R., Gambati, J., Battaini, B., Stringhini, V., Bueno, V., Oliveira, K., Almeida, M., & Oliveira, M. (2016). Estudo dos resíduos sólidos gerados no restaurante universitário da UFMT– campus Cuiabá. XIV ENEEAMB, II Fórum Latino e I SBEA – Centro-Oeste, 1173. Recuperado em 26 de Junho, 2018, de <file:///C:/Users/eletroshopping/Downloads/contabilidade%20ambiental%20.pdf>.



XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Paiva, P. R. (2009) Contabilidade Ambiental: Evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. 1- ed. – 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, p.17-23.

Santos, A., Silva, F. B., Souza, M. F. R., & Souza, S. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas Brasileiras. Recuperado em 31 de maio, 2018, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772001000300007

Souza, L. & Miranda, C. A importância da Contabilidade Ambiental nas organizações. Recuperado em 31 de maio, 2018, de http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/RE_0375_0486_01.pdf

Tinoco, J. E. P. (2001) Balanço social: Abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, p. 9-14.

Tinoco, J. E. P., & Elisabeth, M. Contabilidade e gestão ambiental (2006). 1.ed. – 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 9-14/17-18/ 63/ 101/ 148-149;

Zunino, A. Custo e Desempenho Socioeconômico do Restaurante Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina. Recuperado em 31 de maio, 2018, de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/93416/273147.pdf?sequence=1&isAllowed=y>